

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

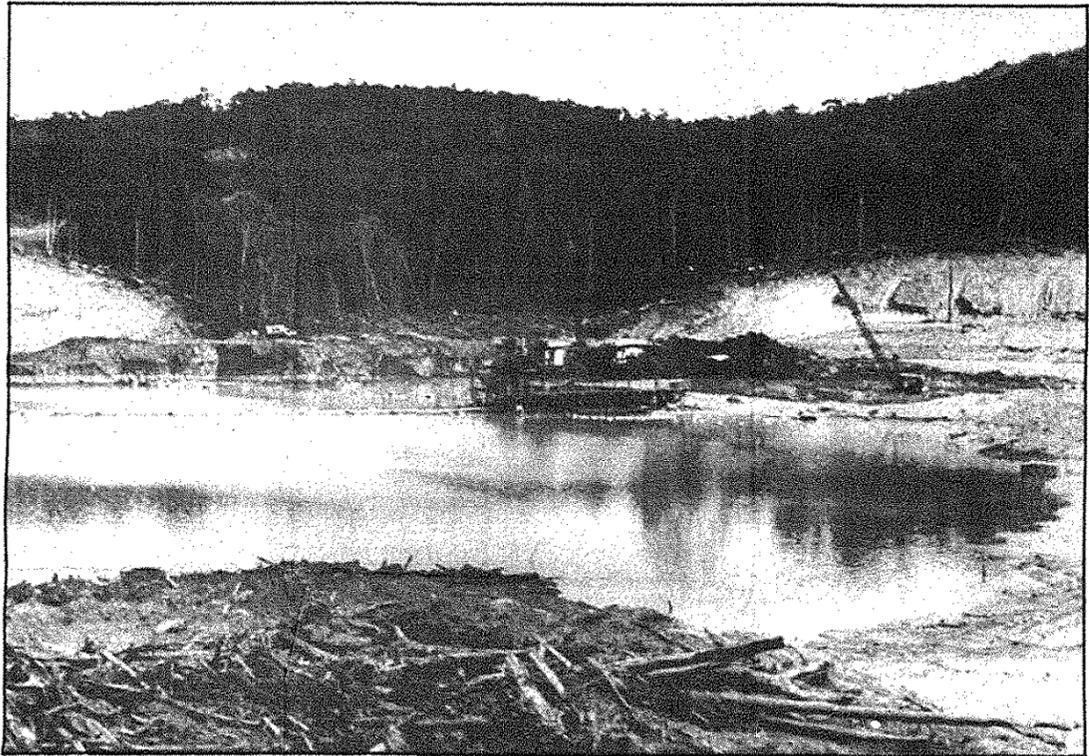
Fonte: O Globo Class.: 514

Data: 21.10.85 Pg.: _____

MINERAÇÃO

Novo código, a solução dos deputados para conflitos entre garimpeiro e índio

MIRITI (Amazonas) — A gigantesca Floresta Amazônica esconde conflitos tão agudos em torno das suas pouco conhecidas riquezas minerais que começam a transpor as fronteiras da região para aterrissar no Congresso Nacional, em Brasília. Por cinco dias, 12 deputados da Comissão de Minas e Energia da Câmara viajaram na semana passada durante mais de oito horas em um avião Búfalo, da Força Brasileira (FAB), defrontando-se com três realidades distintas: a dos garimpeiros, a dos índios e a de uma moderna empresa mineradora em plena selva. A diversidade do panorama que encontraram — os garimpeiros explorados, os índios ameaçados de terem suas terras invadidas — levou os deputados a retornarem da peregrinação pela floresta com uma convicção: é preciso criar um novo Código de Mineração, tarefa que consideram das mais difíceis para o Legislativo. "Vamos ter que esquentar muito a cabeça para resolver o problema", depõe o Deputado Jorge Vargas (PMDB-MG). O Presidente da Comissão de Minas e Energia, Deputado Marcos Lima (PMDB-MG), avaliza a dificuldade levantada por seu colega Vargas e atesta que "a Amazônia é a grande fronteira mineral brasileira, como foi Minas Gerais no século XVIII".



Paranapanema paga 'royalties' aos índios pela construção de estrada para escoar a produção de Pitinga, maior mina do mundo

Nos garimpos, os ganhadores são os donos de aviões

No garimpo "Rosa de Maio", a cerca de 450 quilômetros de Manaus, existem 850 garimpeiros. A maioria, depois de perambular errante por outros garimpos do País, está como o maranhense Raymundo Leite, que em cinco anos buscando ouro carregou hoje os efeitos de quatro malárias e duas hepatites. Por trás do aparente otimismo do depoimento dele aos deputados da Comissão de Minas e Energia, se esconde, porém, uma cruel realidade: deixam a maior parte do que ganham nas mãos dos chamados "dono de pista" — os proprietários dos poucos e essenciais aviões, único e caríssimo meio de transporte de que dispõem.

Um dos garimpeiros indicados para falar com os parlamentares, João Maria da Conceição, iniciou seu depoimento afirmando que no mês passado conseguiu retirar do garimpo Cr\$ 8,5 milhões em ouro. Inicialmente, seu depoimento soou bem junto aos parlamentares, mas depois chegou-se à outra verdade: João Maria ganhou Cr\$ 8,5 milhões, mas gastou no garimpo Cr\$ 9 milhões, pagos ao dono da pista, José Altino, e ao dono do pequeno armazém local conhecido só como "Zezão".

Mesmo assim, João Maria declarava-se feliz, pois, afinal, conseguiu comprar no ano passado uma máquina para "bamburrar" o ouro (separar o ouro do cascalho). Com-

prou a máquina depois de trabalhar nos garimpos do País por mais de 30 anos.

— A gente tá nessa vida porque ela dá mais do que a roça, só que a gente adoce muito — relatou por sua vez o maranhense Raymundo Leite.

Segundo os trabalhadores do "Rosa de Maio", que pediram para seus nomes não serem identificados por medo de serem expulsos, ao contrário do que dizia José Altino, todo ouro que descobrem só pode ser vendido a ele, o "dono da pista". Apesar da garimpagem ser uma atividade ainda ilegal, os trabalhadores não questionam, porém, a existência de um "dono" da terra, que é o mesmo da pista.

A dependência dos aviões é completa e quem tem um domina total-

mente a região e os homens que nela trabalham. Para cada viagem, quando os garimpeiros saem para gastar o que sobrou de um mês de trabalho, é cobrado Cr\$ 700 mil. Ao retornarem para o garimpo, os homens não podem entrar com nada de fora — seja roupa, alimento ou mesmo até uma cachacinha —, pois tudo tem que ser, obrigatoriamente, vendido pelo armazém do "Zezão", que detém o monopólio do abastecimento no "Rosa de Maio".

Foi justamente o "dono da pista" José Altino que se apresentou como porta-voz dos garimpeiros aos deputados da Comissão de Minas e Energia, afirmando que a única coisa que precisam é de liberdade, através do reconhecimento legal da atividade

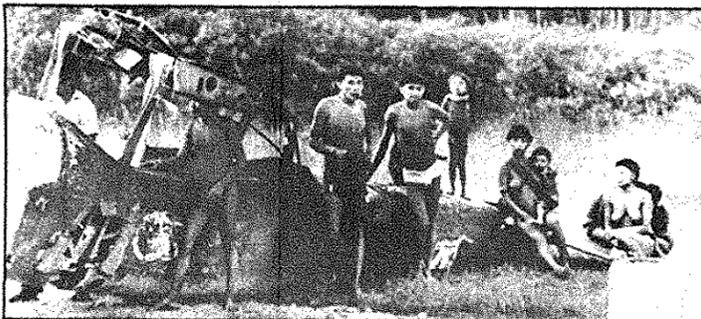
garimpeira, para que possam trabalhar em paz, sem a ameaça de expulsão pelo Governo.

● Quase na fronteira com a Venezuela está assentada, segundo estimativas da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), talvez a maior mina de cassiterita de todo o mundo, superando a de Pitinga, explorada pela Paranapanema. E nessa região que vivem os índios Yanomami, representantes da mais primitiva nação indígena da América do Sul. Permitir ou não a exploração deste minério é uma das principais questões a serem resolvidas pelo Congresso Nacional na elaboração do novo Código de Mineração.

O chefe do posto da Funai na Serra de Surucucus, Francisco Bezerra, disse aos parlamentares da Comissão de Minas e Energia da Câmara que a liberação da serra para a exploração do minério significará o fim dos Yanomami. Lembrou que há dez anos, quando a serra foi invadida por garimpeiros, houve muitas mortes dos dois lados.

Cerca de três mil Yanomami vivem na região de Surucucus. Em 82, o governo estabeleceu a interdição no Território de Roraima e no Estado do Amazonas de uma área contínua de sete milhões de hectares destinados aos Yanomami, onde está incluída a serra de Surucucus. Os indigenistas afirmam, porém, que os índios estão espalhados por uma área de 20 milhões de hectares.

O Governador de Roraima acha um absurdo que o País deixe de explorar suas riquezas para defender e manter uma pequena área, já que não será negado aos índios o direito de terem grandes extensões de terra.



Liberação da Serra de Surucucus poderá representar a extinção dos índios Yanomami

Paranapanema faz hidrelétrica para ter mais estanho

PRESIDENTE FIGUEIREDO (Amazonas) — Encravada na selva, a 350 quilômetros de Manaus, no Rio Pitinga, está localizada a maior mina de cassiterita do mundo. A comitiva dos deputados da Comissão de Minas e Energia foi surpreendida com uma potente estrutura empresarial do Grupo Paranapanema, que no meio do nada constrói, por conta própria, até mesmo uma usina hidrelétrica de dez mil quilowatts, ao custo de US\$ 18 milhões, para ter garantida toda a energia de que precisa para a exploração do minério.

A área da empresa — cerca de 250 quilômetros quadrados — tem uma reserva de 290 mil toneladas de cassiterita (minério que, processado, resulta no estanho), o que garante uma autonomia de exploração de, no mínimo, 21 anos.

Com três anos de operação e

atuando em 17 frentes de lavra, a Paranapanema produz hoje 1.500 toneladas mensais de estanho e terá este ano um faturamento de US\$ 216 milhões, dos quais US\$ 180 milhões só com a exportação.

Para manter os 3.500 trabalhadores no local, a empresa dá casa, comida e roupa lavada. Os funcionários saem do acampamento uma vez por mês, quando normalmente passam três dias em Manaus. Como não têm com o que gastar no acampamento, investem seus salários no open market.

Além da cassiterita, a mina possui ainda 150 mil toneladas de nióbio, 19 mil toneladas de tântalo, 600 mil toneladas de zircônio e quatro mil toneladas de itrium, que não foram ainda explorados pela Paranapanema.

Ao conversarem com os funcioná-

rios da empresa, conforme salientou o Deputado Jacques D'Ornellas (PDT-RJ), os parlamentares constataram, contudo, que os trabalhadores não estão satisfeitos com os salários que recebem (os não especializados ganham um pouco acima do salário mínimo), pois sabem que estão produzindo grandes riquezas para o País e acham que poderiam ter participação nos lucros da Paranapanema.

O Conselho Indigenista Missionário (CNI) e a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) afirmam que a área hoje ocupada pela Paranapanema pertence à reserva indígena dos Waimitri-Atroari, conforme prevê o Decreto 68.907/71, de criação da reserva. Os técnicos da empresa negam esta afirmação, garantindo que a área ocupada pela empresa não pertencera aos índios.

Com a autorização da Funai, a Paranapanema construiu uma estrada de 50 quilômetros para o acesso de Pitinga a BR-174 (Manaus/Boa Vista), a fim de escoar o estanho. Por cortar a reserva dos Atroari, a empresa paga royalties aos índios.

O Vice-Presidente da Paranapanema, Carlos Lacombe, ao receber os parlamentares, ressaltou que as empresas mineradoras não têm nada contra os garimpeiros, mas apenas são contrários às invasões por eles promovidas em áreas cujas lavras de pesquisa são concedidas pelo Governo às mineradoras.

— Estamos investindo cada vez mais em pesquisa de risco, e, por isto, achamos que as regras têm que ser respeitadas — afirmou Lacombe.